



X NEUROCOR

VI PRÊMIO CUSHING PAZZANESE

POLÍTICAS PÚBLICAS E ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NA REDUÇÃO DA MORTALIDADE POR DOENÇAS CARDIOVASCULARES NO BRASIL

Carolina Franco de Alcântara¹; Bruna Muniz Gonçalves de Oliveira¹; Gustavo Alves¹; Júlia Oliveira Restanho¹; Mariana Thais Melo Roque¹; Yasmim Piva Mosca¹; Manuela dos Santos Bueno^{2*}.

- 1- Discente do curso de Medicina na Universidade de Marília (UNIMAR) – Marília, São Paulo.
- 2- Docente do curso de graduação em Medicina e Enfermagem na Universidade de Marília (UNIMAR) – Marília, São Paulo.

INTRODUÇÃO: As doenças crônicas não transmissíveis, em especial as cardiovasculares (DCV), têm assumido papel central no perfil de morbimortalidade do Brasil. Nas últimas décadas, observou-se um aumento desses agravos, que hoje respondem por cerca de 30% das mortes no país, sendo mais prevalentes em faixas etárias avançadas, sobretudo a partir dos 50 anos. O tratamento das DCV envolve desde medidas preventivas, como o controle de fatores de risco, até terapias de alta complexidade, mas suas consequências ainda se traduzem em elevada mortalidade, incapacidade funcional, perda de qualidade de vida e custos significativos para o sistema de saúde. Nesse cenário, surge a implantação de políticas públicas eficazes para prevenção e controle dessa doença. **OBJETIVO(S):** Analisar as políticas públicas brasileiras voltadas à redução da mortalidade por doenças cardiovasculares, com ênfase em suas estratégias preventivas, no papel da Atenção Primária à Saúde. **METODOLOGIA:** Realizou-se uma revisão de literatura nas bases PubMed e Scielo, utilizando os descritores “public policies”, “cardiovascular diseases” e “Brazil”, com publicações dos últimos 10 anos, em inglês e português, com texto completo gratuito. 33 publicações foram exportadas ao software Rayyan para triagem. Após a análise dos textos, 19 publicações foram selecionadas. **RESULTADOS:** Os estudos evidenciaram dois eixos centrais de atuação das políticas públicas: a prevenção e promoção da saúde e a organização do sistema de saúde. No campo da prevenção, destacam-se medidas como a regulamentação de alimentos industrializados, com ênfase na redução de sódio, e a implementação de programas de incentivo à atividade física. Contudo, estudos apontam

dificuldades na execução e alcance dessas medidas, sobretudo entre populações de menor escolaridade e renda. Já em relação à organização do sistema de saúde, a Atenção Primária à Saúde (APS) surge como eixo estratégico para o cuidado preventivo, desempenhando papel essencial no acompanhamento de pacientes com fatores de risco cardiovascular. Ainda assim, limitações relacionadas à cobertura, qualidade dos serviços e dificuldades no acesso ao atendimento emergencial comprometem a efetividade das ações propostas. DISCUSSÃO: As políticas públicas brasileiras têm contribuído para a redução da mortalidade cardiovascular, com destaque para ações de prevenção, como a regulação alimentar e o incentivo à atividade física. Contudo, persistem desigualdades regionais e sociais que limitam sua efetividade. A APS é central na prevenção, mas enfrenta falhas de cobertura e qualidade, enquanto o atendimento às emergências ainda apresenta barreiras de acesso. Dessa forma, torna-se necessário fortalecer a APS, ampliar a equidade no SUS e adotar estratégias mais regionalizadas e sustentáveis. CONCLUSÕES: Embora as políticas públicas tenham avançado na redução da mortalidade cardiovascular, a efetividade plena depende da superação das desigualdades sociais e regionais, com o fortalecimento da APS e a garantia de um acesso equitativo e integral no SUS. PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas; Doenças cardiovasculares; Atenção Primária à Saúde.

*Orientadora